

Caríssimo(a) Associado(a),

É com muita satisfação que apresento o livro do grupo de trabalho **Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional** do XXI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre 31 de outubro e 03 de novembro de 2012.

Novamente inovamos ao transformar os antigos anais de nossos Encontros e Congressos em livros específicos para cada grupo de trabalho (GT). Tal iniciativa deveu-se à proposta desta diretoria visando o fortalecimento dos GTs, ratificada pelos associados e coordenadores dos programas em diversos espaços, principalmente no Fórum dos Coordenadores e na Assembleia Geral do XXI Encontro Brasileiro, realizados no primeiro de semestre de 2012, em Uberlândia.

O fortalecimento dos GTs integra um plano mais ambicioso de nossa comunidade científica no sentido do aprimoramento dos critérios de avaliação e internacionalização de eventos, de maior aproximação entre a academia e o cotidiano forense e, sobretudo, do crescimento ordenado e qualificado da pós-graduação estrito senso em Direito, no Brasil.

Em Niterói ultrapassamos a importante marca de 1.700 artigos submetidos a nosso sistema *Publica Direito*, com a participação direta de mais de 70 programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC. Mais uma vez centenas de trabalhos foram aceitos, sendo outros tantos infelizmente preteridos devido à crescente concorrência para os GTs, que em alguns casos foram divididos pela grande procura e qualidade dos trabalhos.

Aproveito para agradecer aos cerca de 200 professores-doutores que participaram de mais de 3.500 avaliações por intermédio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito*. Sem seu comprometimento e seriedade nosso Congresso seria inviável. Também gostaria de registrar que as diversas sugestões encaminhadas em 2012 foram analisadas e já resultaram em importantes aprimoramentos do nosso sistema de avaliação, a ser inclusos nos eventos de 2013.

No Congresso de Niterói restou evidente o expressivo resultado da área do Direito nos últimos anos. Tenho certeza de que chegaremos à avaliação trienal deste ano de forma muito mais sólida e próxima das chamadas “áreas duras”, pois nossas publicações qualificaram-se e resultam mais impactantes, a produção migra para a indexação e a inserção internacional já é uma realidade.

Festejamos no último Congresso o lançamento da tão esperada terceira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)* – a RDB –, publicação semestral oficial do CONPEDI, que agora receberá a primeira avaliação da comissão *Qualis* do Comitê de Área. Queremos partilhar tal conquista – independente deste primeiro resultado – com cada associado, com nossos parceiros neste projeto e, em especial, com os pesquisadores, professores e alunos, brasileiros e estrangeiros, que acreditaram e contribuíram para a nova revista mesmo antes da primeira avaliação, sem conhecer, portanto, sua classificação e pontuação.

No Congresso ainda lançamos o primeiro volume de *Educação Jurídica*, pela Editora Saraiva. A obra resultou de uma parceria entre o CONPEDI e a Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal – antiga Comissão de Ensino Jurídico –, a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI) e a Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), contando ainda com o apoio da CAPES/MEC e CNPq/MCT.

Quero registrar que a organização deste livro foi uma das realizações mais prazerosas de minha gestão. O relevante conceito de educação jurídica – como temos debatido, pelo menos, nos três últimos eventos do CONPEDI – é fundamental para melhorar a graduação e aprimorar ainda mais a pós-graduação em Direito no país. Agradeço a todos, autores e instituições, que contribuíram para a conclusão deste primeiro volume, que certamente terá continuidade.

Durante o Congresso recebemos importantes professores e pesquisadores de universidades estrangeiras, alguns que já participaram dos nossos eventos e programas, e outros que compareceram pela primeira vez: dr. Baldomero Olivier Leon, da Universidade de Granada; dr. Carlos Garriga, da Universidade do País Basco; dr. John Vervaele, da Universidade de Utrecht; dr. Leon Villalba, da Universidade de Castilla La Mancha; dr. Ricardo Sanin, da Universidade de Caldas; dr. Fernando Galindo,

da Universidade de Zaragoza, e dr. Gaetano Peccora, da Universidade Livre Internacional de Estudos Sociais. Agradecemos a todos pela significativa contribuição e desejamos que seu comparecimento frutifique em novos eventos e convênios internacionais, e, sobretudo, em parcerias de publicações com os programas brasileiros. Neste particular ressaltamos que pretendemos intensificar a parceria entre o CONPEDI e os programas associados, para que os palestrantes participem não somente dos nossos eventos mas de todos os programas em Direito.

É oportuno lembrar que durante o Congresso foi debatida uma série de temas relevantes: 1) constitucionalismo, jurisdição constitucional e o protagonismo do STF, 2) o novo constitucionalismo latino-americano, 3) o programa *Ciência sem Fronteiras*, do CNPq, 4) o novo currículo Lattes, com uma oficina prática, 5) educação jurídica, 6) os desafios atuais da justiça penal e o novo Código Penal, 7) mestrado profissional no Direito, 8) o plano nacional de pós-graduação, 9) a justiça de transição no Brasil, 10) o Direito Civil constitucional e a autonomia privada, 11) os Direitos Humanos e a inclusão, e 12) o *Qualis* periódico e a classificação de livros, entre outros. Isso tudo, logicamente, dentro do tema central do Congresso – *O novo constitucionalismo latino-americano: desafios da sustentabilidade*.

Tivemos ainda nossa já tradicional exposição de pôsteres pelos graduandos em iniciação científica, o que entendemos fundamental não apenas para melhor preparar os futuros mestrados, mas como forma de diálogo e contribuição da pós-graduação para a graduação. Outras iniciativas com este objetivo estão sendo planejadas e algumas já estarão na programação dos eventos de 2013.

Em Niterói também assinou-se oficialmente um termo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade, em grande medida decorrente da Rede de Observatórios de Memória, Verdade e Justiça. Nos termos acordados, os programas do Direito poderão contribuir de forma mais direta nas ações da comissão, e abriremos em breve um cadastro dos programas que possuem grupos de pesquisa sobre o tema da justiça de transição.

Com relação ao IPEA, cumpre anunciar que participaremos em 2013, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), em que o CONPEDI promoverá

uma mesa-redonda sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados entre os que serão publicados numa coletânea resultante desta parceria.

Por fim registramos que, nos próximos eventos, tanto em Curitiba como em São Paulo, será utilizado o novo formato de publicação em livro, pelo que esperamos, com responsabilidade, o reconhecimento de mais este significativo esforço da nossa comunidade.

Niterói, novembro de 2012.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

Os vinte e três artigos apresentados no Grupo de Trabalho - GT Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional do XXI Congresso Nacional do CONPEDI realizado em Niterói durante o dia 02 de novembro de 2012 compõem a presente publicação eletrônica. Os trabalhos foram coordenados pelos professores Dr. Gustavo Sampaio Telles Ferreira, da Universidade Federal Fluminense, instituição que acolheu a XXI edição do CONPEDI, e a profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes, do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, responsável pelo prefácio e organização da presente obra.

O eixo norteador da maioria dos trabalhos foi a problematização provocada pela arquitetura institucional pós Constituição de 1988, especialmente o papel central do Poder Judiciário na efetivação de direitos. Os debates também se concentraram na divergência sobre o alcance deste novo papel desempenhado pelo Poder Judiciário, bem como o impacto, positivo ou negativo, no arranjo democrático brasileiro. Assim, questões como democracia e ativismo judicial tangenciaram a maioria das reflexões apontadas pelos participantes do GT, sejam os autores dos trabalhos ou participantes do Congresso. Os debates demonstraram sempre um alto nível de conhecimento teórico e prático das variáveis envolvidas no contexto analisado, além de uma profunda preocupação com o pano de fundo da problematização: o papel e definição da atuação do Poder Judiciário no contexto democrático e constitucional pós 1988.

Contudo, para fins de organização da obra, os artigos foram distribuídos em três eixos temáticos, a saber: judicialização da política; análises de casos de judicialização da política; e por fim abordagens que tangenciam a judicialização por intermédio de outros atores ou quando partem do seu pressuposto e analisam casos concretos. Importante compreender judicialização da política no contexto da presente obra: a transferência de campo de atuação de questões políticas, típicas dos Poderes Executivo e Legislativo, para o Poder Judiciário, em todas as instâncias, não apenas no Supremo Tribunal Federal.

Assim, o primeiro eixo concentra os artigos que abordam a judicialização da política imposta pelo texto constitucional de 1988 e seus reflexos, como: as possibilidades e riscos da judicialização da política para a democracia; a relação entre

sistema democrático, Justiça Eleitoral e Supremo Tribunal Federal; os direitos das minorias e pressupostos democráticos na jurisdição constitucional; a atuação do Poder Judiciário na efetivação de normas programáticas; o ativismo judicial e legitimidade democrática; ativismo judicial e constitucionalismo moderno; Estado Judicialista e a soberania popular; jurisdição constitucional concentrada e difusa e a democracia constitucional; e para finalizar esta primeira parte, duas análises no Direito Comparado, Colômbia e Espanha.

O segundo eixo se concentra em análises pontuais deste fenômeno. Os dois primeiros na judicialização da saúde sob duas perspectivas: parâmetros e critérios para fornecimento de medicamentos; e limites ao poder discricionário. Em seguida, os trabalhos abordam serviços públicos essenciais, direito à boa administração, habilidade da tutela coletiva na efetivação de direitos sociais e a Proposta de Emenda Constitucional nº3 de 2011.

Por fim, o terceiro eixo temático traz as seguintes análises: a relação entre judicialização e acesso à justiça como política judiciária cidadã; o papel da Justiça Comunitária na descentralização do poder; o papel da sociedade civil na elaboração do direito através de investigação empírica de consultas públicas; o contraditório e ampla defesa nos processos administrativos disciplinares; a atuação do Ministério Público na esfera ambiental; uma análise do sistema de seleção de juízes brasileiros; e o artigo que encerra esta obra traz uma reflexão sobre a discriminação por orientação sexual na jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos.

A partir dos eixos temáticos é possível reiterar a problematização apontada anteriormente, objeto de discussão no GT Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional deste XXI Congresso Nacional do CONPEDI: o papel central atribuído pelo texto constitucional de 1988 ao Poder Judiciário na efetivação dos direitos, e eventual relação com o arranjo democrático. Questões como intervenção em outras esferas do poder, ativismo judicial como exagero na esfera de atuação sobre dizer o Direito, efetivação de direitos e proteção a minorias ou grupos excluídos, papel do controle de constitucionalidade, concentrado e difuso, e acesso à Justiça foram reiteradamente abordadas após as apresentações dos trabalhos e sempre de novo foi possível conectar diferentes análises expostas durante o GT. Todos os trabalhos de

alguma forma se conectavam ao fio condutor que uniu os diferentes temas abordados: a democracia.

Esperamos retomar esta abordagem em 2013 durante o próximo Congresso Nacional do CONPEDI, já antecipando que aguardaremos novos trabalhos que demonstrem a preocupação do campo da pesquisa jurídica brasileira com a relação entre papel do Poder Judiciário e o arranjo democrático atual.

Boa leitura!

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professora Doutora Júlia Maurmann Ximenes – IDP
Professor Doutor Gustavo Sampaio Telles Ferreira – UFF